

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

BELO HORIZONTE

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Atrativos turísticos	14
2.5. Marketing e promoção do destino	16
2.6. Políticas públicas.....	18
2.7. Cooperação regional.....	20
2.8. Monitoramento	22
2.9. Economia local.....	24
2.10. Capacidade empresarial.....	25
2.11. Aspectos sociais	27
2.12. Aspectos ambientais.....	29
2.13. Aspectos culturais.....	31
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE	34

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Belo Horizonte foi realizada entre os dias 20 e 24 de maio de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

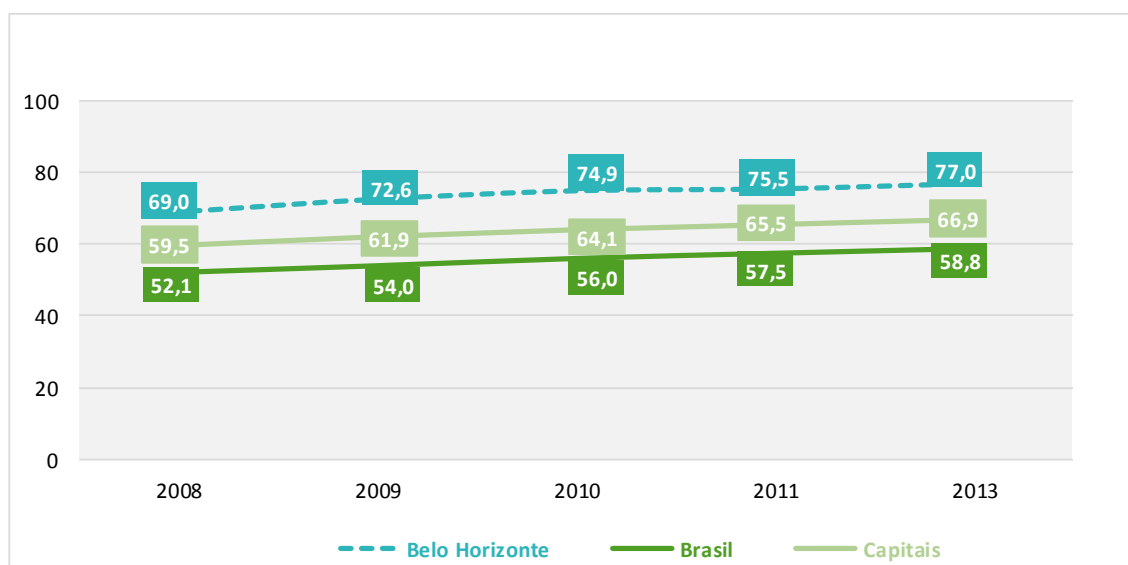
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 77,0 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou acima do índice obtido em 2011 (75,5):

Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013

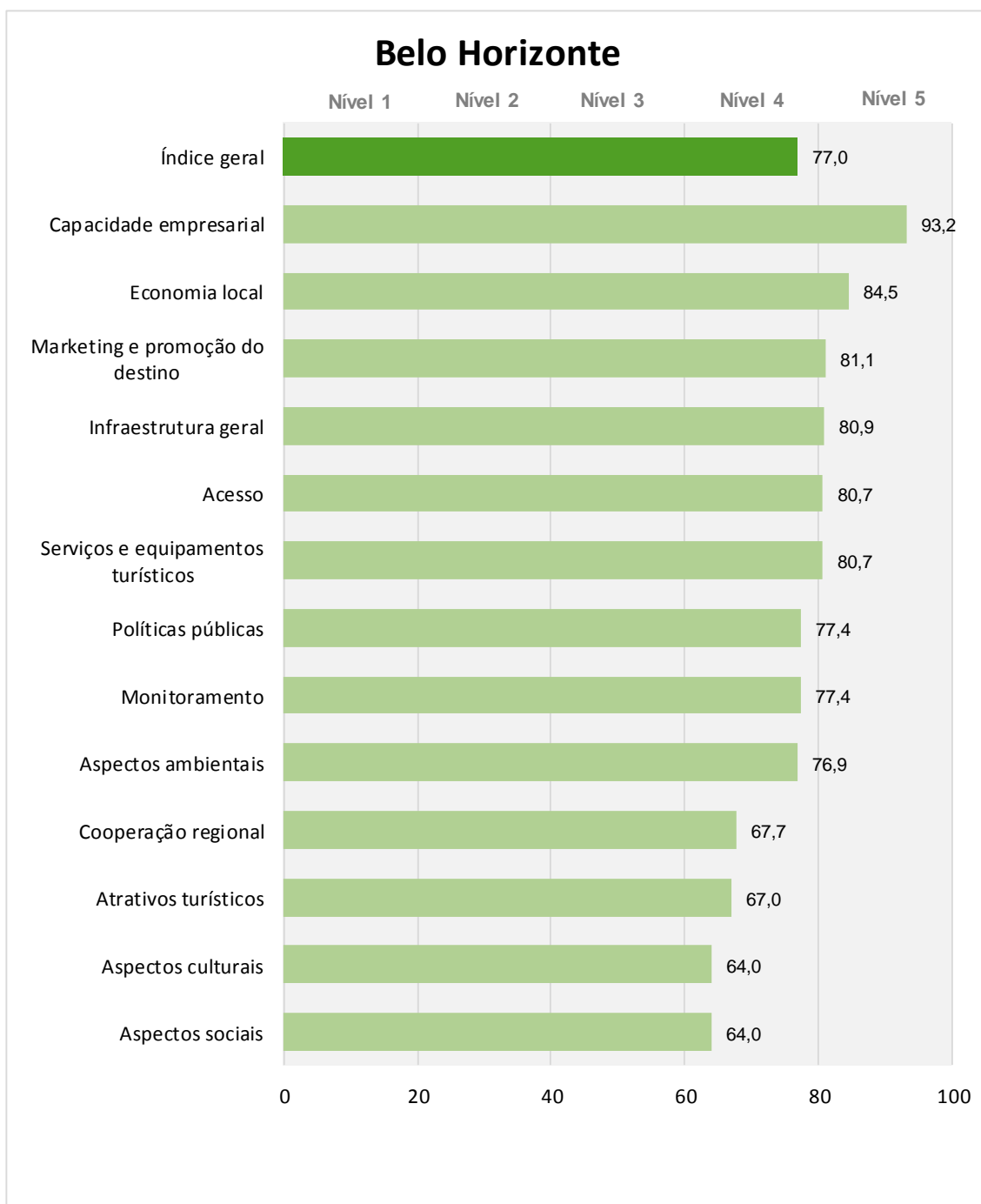


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, todas as 13 dimensões avaliadas obtiveram índices acima do nível 4 (61 a 80), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

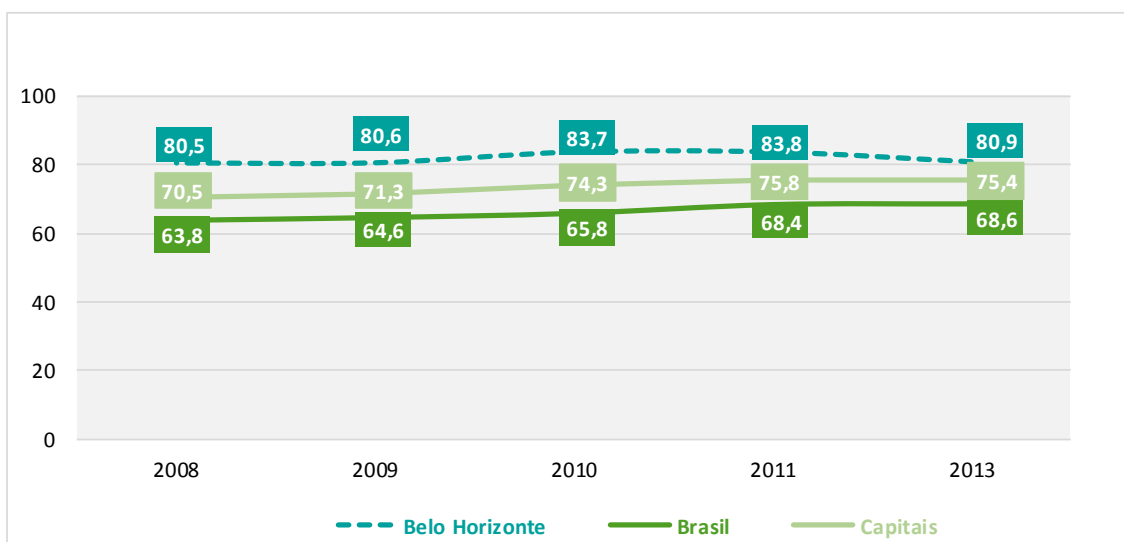


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Belo Horizonte registrou 80,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de: primeiros socorros, estrutura para pequenas cirurgias, para cirurgias de emergência, setor de transfusão, laboratório de análise, politrauma, entre outros;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de um grupamento especial de atendimento ao turista na Polícia Militar;

- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino com centro de monitoramento e alerta;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana; e
- Disponibilidade de abrigos de ônibus e iluminação no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil; e
- Ausência de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos em número suficiente no entorno das áreas turísticas.

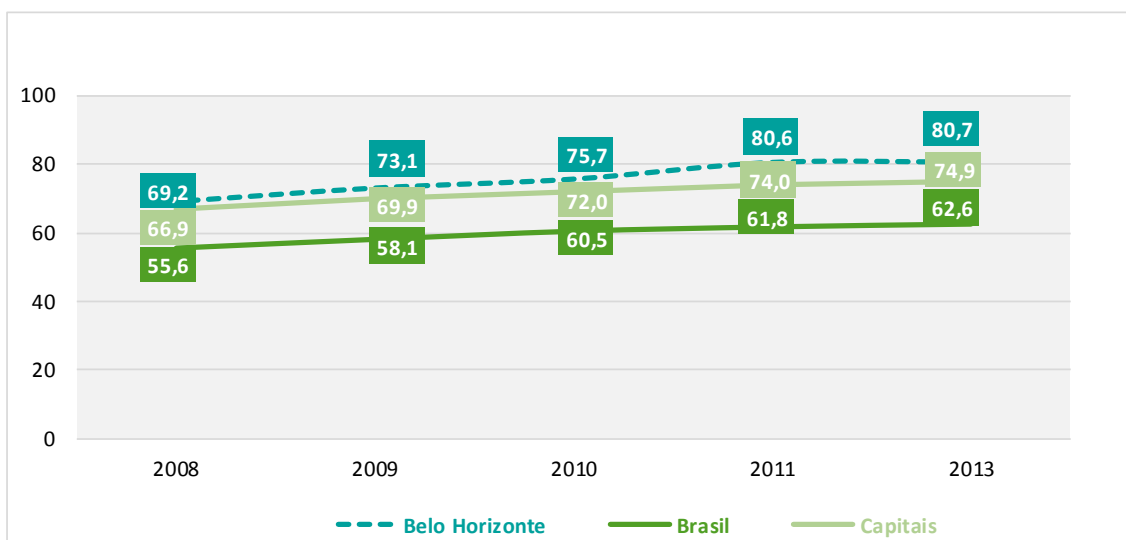
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 80,7 nessa dimensão em 2013 (nível4), índice estável ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto em município limítrofe - Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins, com Centro de Atendimento ao Turista (CAT), lojas, restaurantes, serviço de câmbio, serviço de táxi, locadoras de veículos, facilidades para pessoas com deficiência, limpeza e conservação dos banheiros, sinalização em idioma estrangeiro, entre outros;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo do destino, ônibus comercial, ônibus executivo, táxi convencional e especial, conforme visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário no destino com Centro de Atendimento ao Turista (CAT), lojas, restaurantes, serviço bancário, serviço de táxi, serviço de ouvidoria da ANTT;
- Oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária – ônibus circular, ônibus especial, táxi convencional e especial;
- Terminal ferroviário que atende ao município e pelo qual embarcam e desembarcam turistas;
- Linhas e transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas;

- Disponibilidade de transporte metroviário; e
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

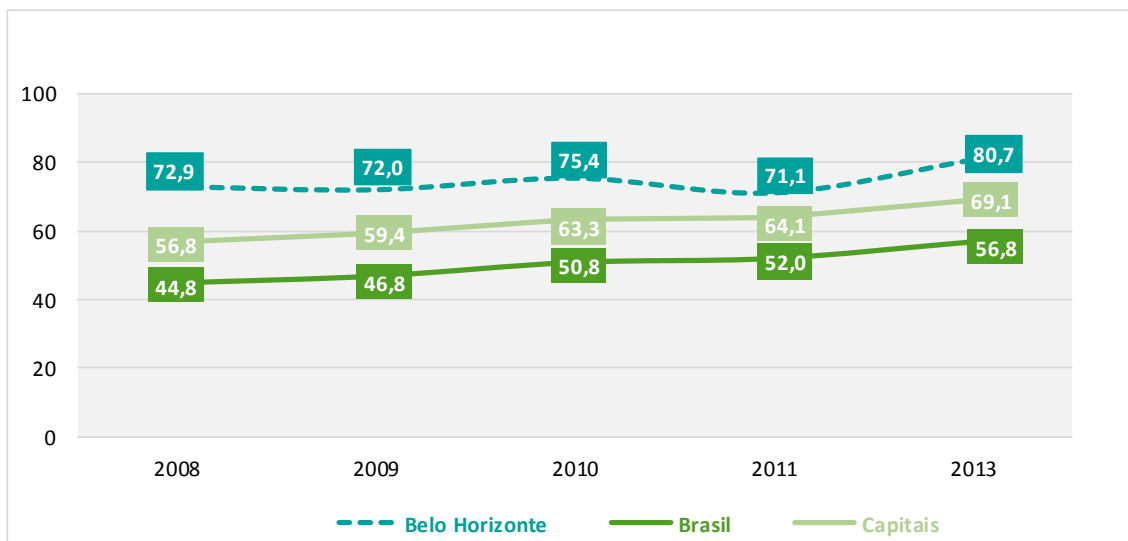
Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Inexistência de serviços no terminal ferroviário que atendam ao destino, tais como: facilidade para pessoas com deficiência e limpeza e conservação dos sanitários;
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Existência de congestionamentos no destino;
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas; e
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto Carlos Drummond de Andrade, Aeroporto da Pampulha, e seus principais centros emissores de turistas nacionais.

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 80,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Mtur;
- Sinalização turística viária conservada e com informações disponíveis em idioma estrangeiro;
- Existência de Centro de Atendimento ao Turista (CATs) no destino e que oferece diversos serviços, como contatos de operadoras, guias, agências, profissionais que fornecem informações sobre o destino, display com folders e propagandas e *display* com mapa informativo;
- Centro de convenções no destino – o equipamento considerado foi o Expo Minas;
- Estrutura física disponível no centro de convenções, que conta com capacidade para mais de um evento simultâneo, salas multiuso e modulares, auditório, estacionamento próprio, arena aberta;
- Localização do centro de convenções próximo às áreas turísticas e transporte público para o principal centro de convenções indicado;

- Oferta de espaços para a realização de eventos - Arena do Mineirão, Cerraria Souza Pinto, Minas Centro, Espaço do Hotel Ouro Minas, entre outros espaços em hotéis e clubes desportivos;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur e existência de organização representativa de guias;
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos e de graduação e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como bacharel em turismo, em gastronomia, técnico em hospedagem, organização de eventos, guia de turismo, entre outros; e
- O fato de os restaurantes estarem orientados quanto à manipulação e preparo com higiene dos alimentos oferecidos.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

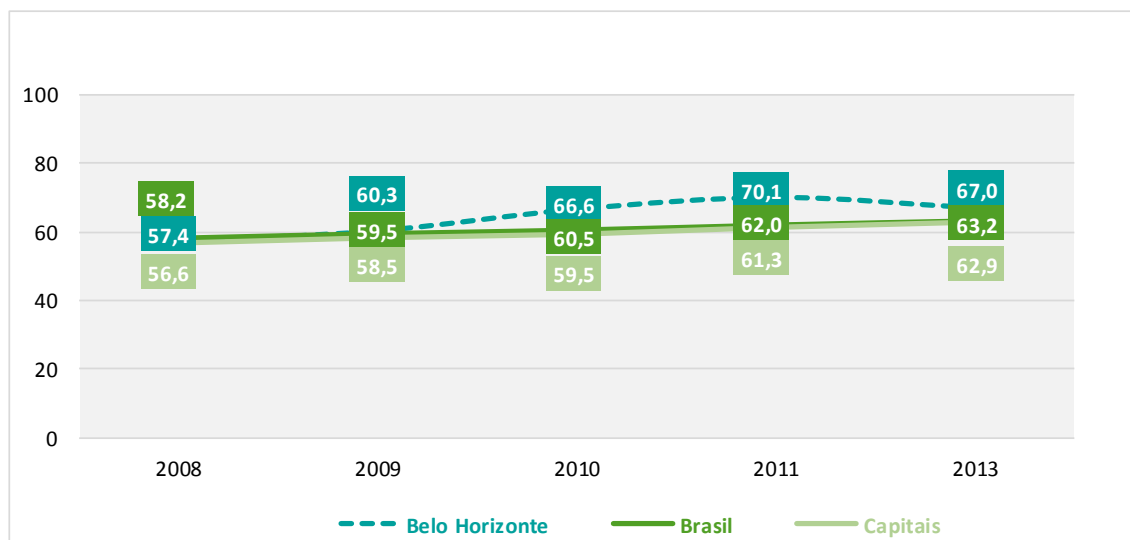
- Inexistência de sinalização turística descritiva ou interpretativa em grande parte dos atrativos;
- Carência de mais espaços para a realização de eventos;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem; e
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem;

2.4. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2011 foi de 63,2. O destino registrou 67,0 nessa dimensão em 2013, um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,9, abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para o(s) quais há fluxo turístico, tais como: Serra do Curral, Parque Ecológico da Pampulha e Parque Municipal;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Serra do Curral incluindo o Parque das Mangabeiras e Parque do Curral –, conforme observado em visita técnica;
- Manutenção da estrutura física disponível no Parque do Curral;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Conjunto Arquitetônico da Pampulha, Circuito da Praça da Liberdade, Museu de Artes e Ofícios;
- Evidência de conservação urbanística do entorno do principal atrativo cultural indicado: parte das construções está passando por reformas;
- Adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo cultural;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Feira de Artes e Artesanato da Afonso Pena, Festival Comida Di Buteco e Festival Internacional de Teatro de Rua;

- O local onde acontece o principal evento programado indicado – Feira de Artes e Artesanato da Afonso Pena – conta com conservação urbanística devido à padronização das barracas setorizadas por cores;
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para o Museu das Minas e do Metal, principal atrativo indicado nesta categoria; e
- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no Museu das Minas e do Metal e capacitação de profissionais para atender esse público específico.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

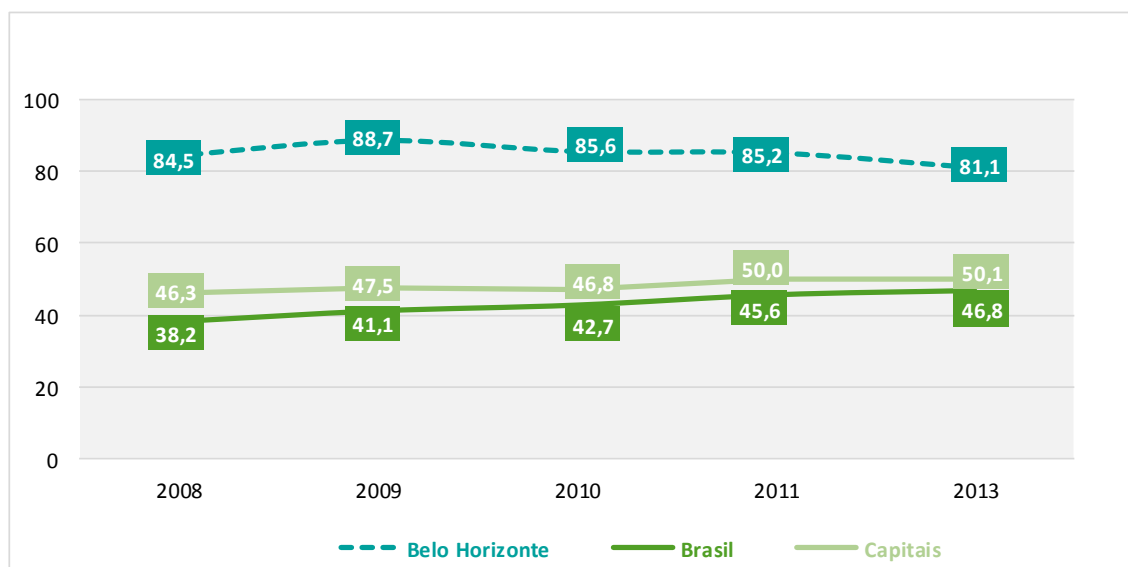
- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado e a falta de estrutura de apoio aos visitantes neste atrativo cultural, sinalização e serviço de guiamento;
- Estrutura física de parte das construções do Complexo da Pampulha: reforma em parte das construções e obras de recapeamento no entorno;
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado: Avenida Afonso Pena; e
- Ausência de recursos que confirmam acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado;

2.5. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 81,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices *Marketing e promoção do destino* – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado, de forma positiva, por fatores, entre os quais:

- Existência de um plano de marketing formal, elaborado com a colaboração de diversos atores, fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, que contempla a relação com agências e operadoras e com indicadores de desempenho definidos;
- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional e no mercado internacional;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de visitantes recebidos nos estandes e contagem de

relacionamentos estabelecidos. Esta prática ocorre em eventos de turismo e em eventos de outros setores não diretamente ligados ao turismo;

- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro, que deixa claro, ao visitante, a preocupação com a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Existência de material promocional que apresenta a oferta de espaços estruturados para eventos no destino;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente impressa e *on line*; e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço www.belo Horizonte.mg.gov.br, também em idioma estrangeiro, e que traz informações turísticas sobre o destino e cidades do entorno.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- O destino não promoveu evento próprio para divulgar seus atrativos e equipamentos fora de seu território nos últimos cinco anos;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de informações na página promocional de turismo do destino que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

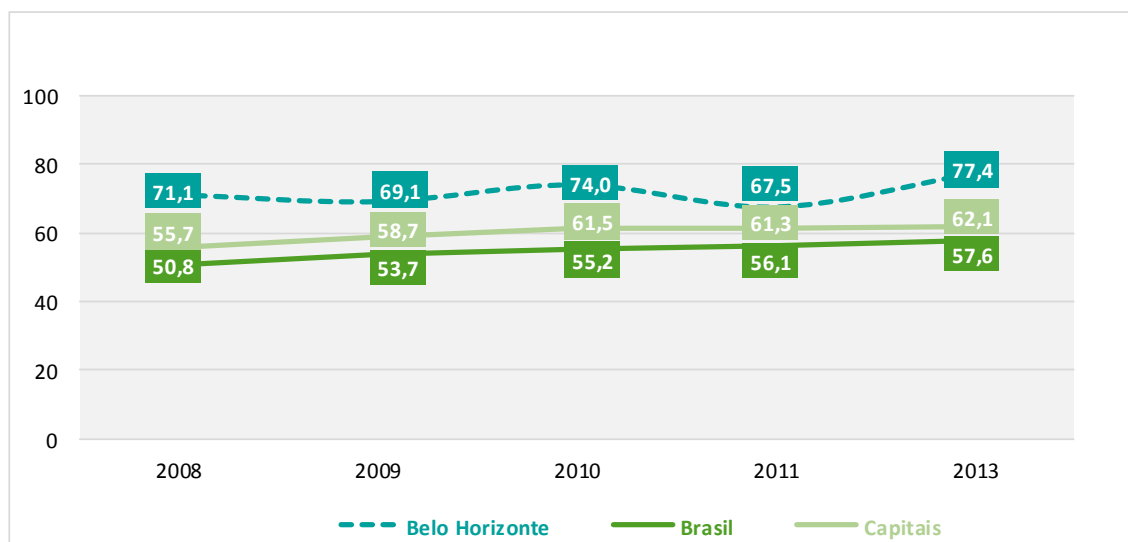
2.6. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos:

(i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 77,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,1(nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão da administração pública local – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur) - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo e que dispõe de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- A Belotur desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, Secretaria de Obras e Infraestrutura e Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BH Trans);
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de Conselho Municipal de Turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;

- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior;
- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente, que contempla o setor de turismo;
- Existência de planejamento formal para o setor de turismo, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS); e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Algumas áreas não contempladas por investimentos do governo federal, como: acesso, aspectos ambientais e culturais sob a ótica do incremento à competitividade no turismo; e
- Apesar de ter recebido investimentos do governo estadual em projetos voltados para o turismo, algumas áreas não foram contempladas, como: acesso, infraestrutura turística, saúde (suporte de atendimento ao turista), meio ambiente, e cultura.

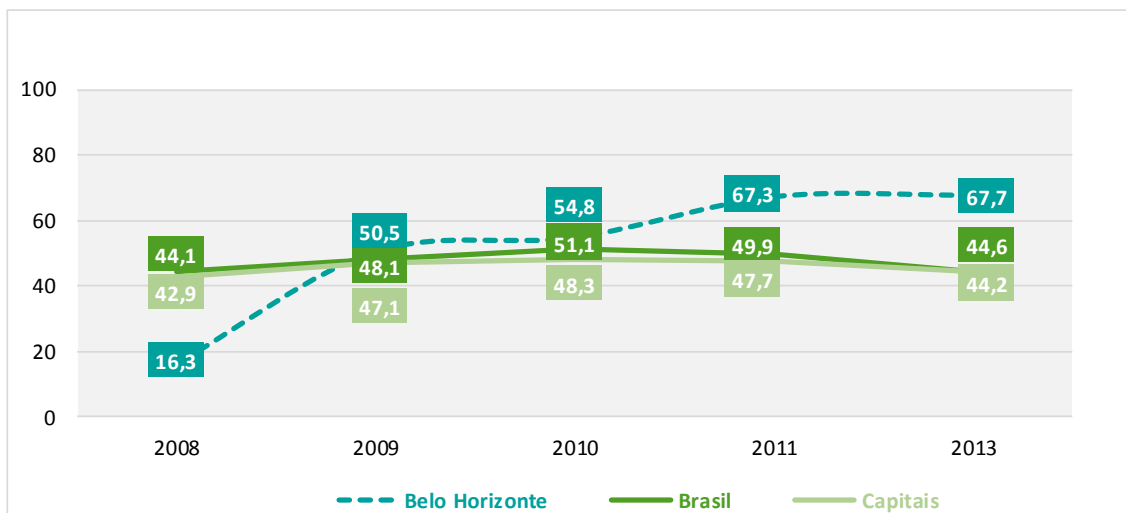
Além destes fatores, foram considerados dados relacionados ao orçamento do destino para o desenvolvimento do turismo, bem como o valor do recurso próprio extraorçamentário, quando existente.

2.7. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 67,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional – Circuito Turístico de Belo Horizonte – que conta com a participação ativa dos gestores municipais do destino;
- A instância de governança regional dispõe de um gestor executivo com dedicação parcial à coordenação e realiza parcerias com os setores públicos e privados de Belo Horizonte;
- A instância de governança regional mantém reuniões trimestrais e dispõe de suporte – oferecido pelo governo estadual e municipal – para a condução de suas atividades;
- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos, entre eles, Brumadinho, Tiradentes, Ouro Preto, Nova Lima e Ribeirão das Neves;

- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região, Planejamento Integrado do Turismo para a Copa de 2014 - Belo Horizonte e Minas Gerais - cujas ações e projetos contemplam o município avaliado;
- O destino integra roteiros regionais, como “Belo Horizonte e Cidades Históricas” comercializados por operadores e agências, elaborados com informações de inventário ou cadastro da oferta turística e estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais dos quais faz parte e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos, com agentes e operadores de turismo receptivo; e
- O destino produz material promocional da região turística e roteiros turísticos da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

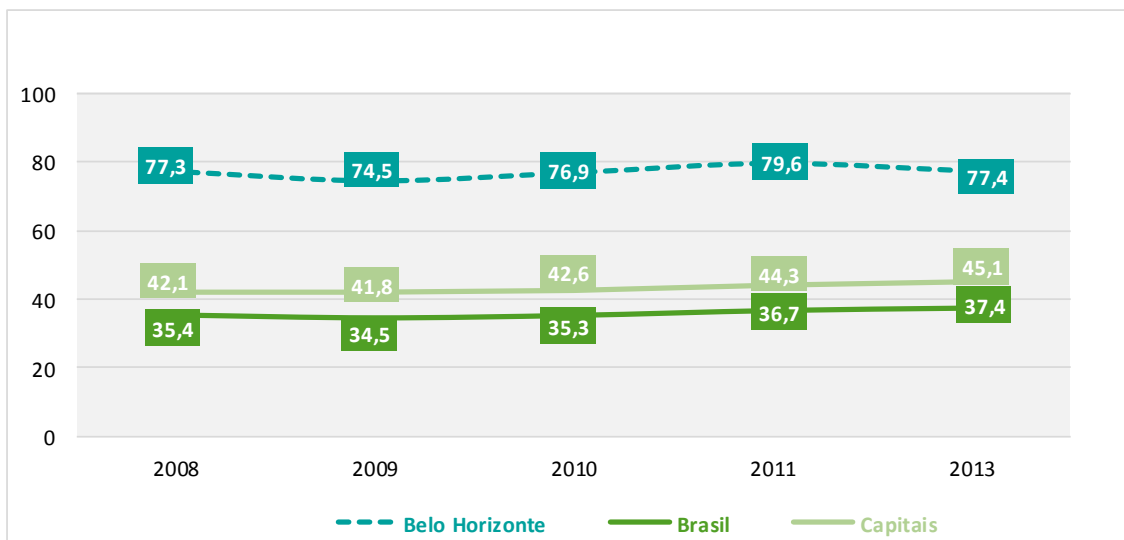
- A instância de governança regional não está formalmente constituída e não conta com recurso próprio;
- Ausência no plano de desenvolvimento turístico integrado da definição de responsabilidades por ator envolvido e das metas de mercado para o município avaliado;
- Os roteiros regionais dos quais o destino faz parte não teve monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade à época de sua elaboração; e
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*.

2.8. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 77,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, realizada anualmente, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário – atualizada;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em planejamento/ políticas públicas/ ações de marketing e promoção;
- Disponibilidade de um conjunto de estatísticas turísticas atualizado mensalmente;
- Acompanhamento contínuo dos objetivos da política em turismo em nível municipal;
- Monitoramento periódico dos impactos econômicos gerados pelo turismo através de levantamentos feitos pelo Observatório do Turismo, como: taxa de ocupação hoteleira, rendimento mensal, chegada de turistas via aérea e terrestre, entre outros; e

- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, Departamento de Estudos Mercadológicos da Belotur, e estadual, Fundação João Pinheiro, que realizam pesquisas em turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

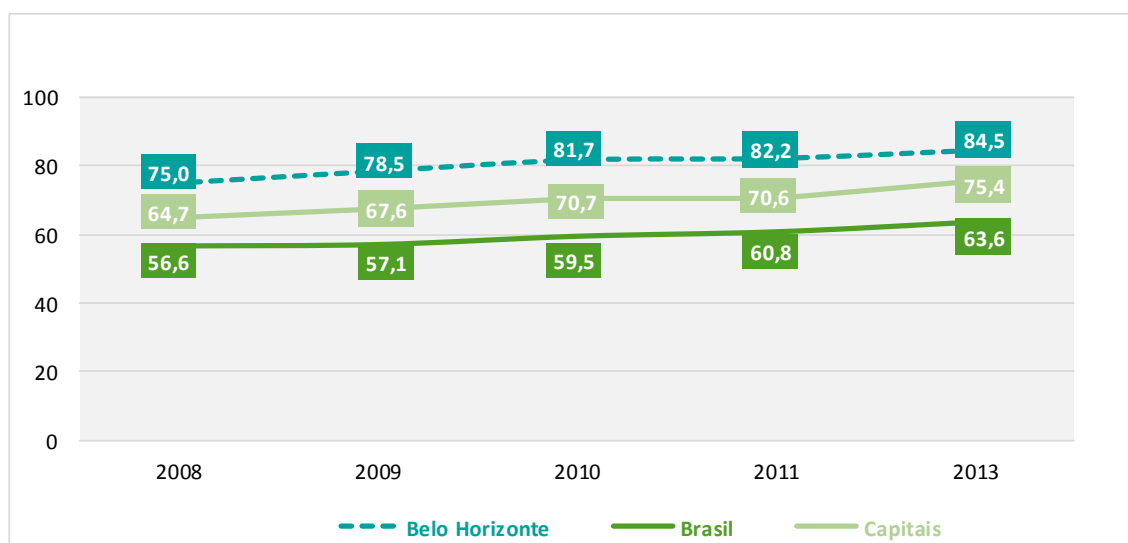
- Ausência de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Não monitoramento dos impactos sociais ou ambientais gerados pelo turismo;

2.9. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 84,5 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos através do projeto BH Digital;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG);
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau* exclusivo do destino – Belo Horizonte *Convention & Visitors Bureau*; e
- Existência de um polo de polos significativo – Polo de Moda, Polo Gastronômico, polo de Tecnologia da Informação e Polo de Biotecnologia – que movimenta a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

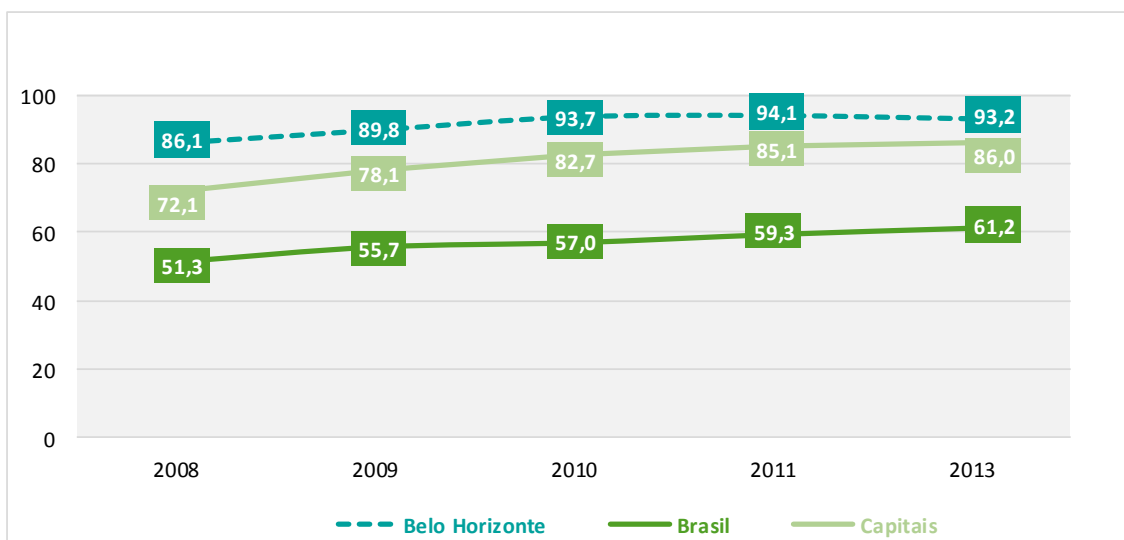
- Ausência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; e
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo.

2.10. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 93,2 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência ou administrativos e operações técnicas em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo local; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado e perecíveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

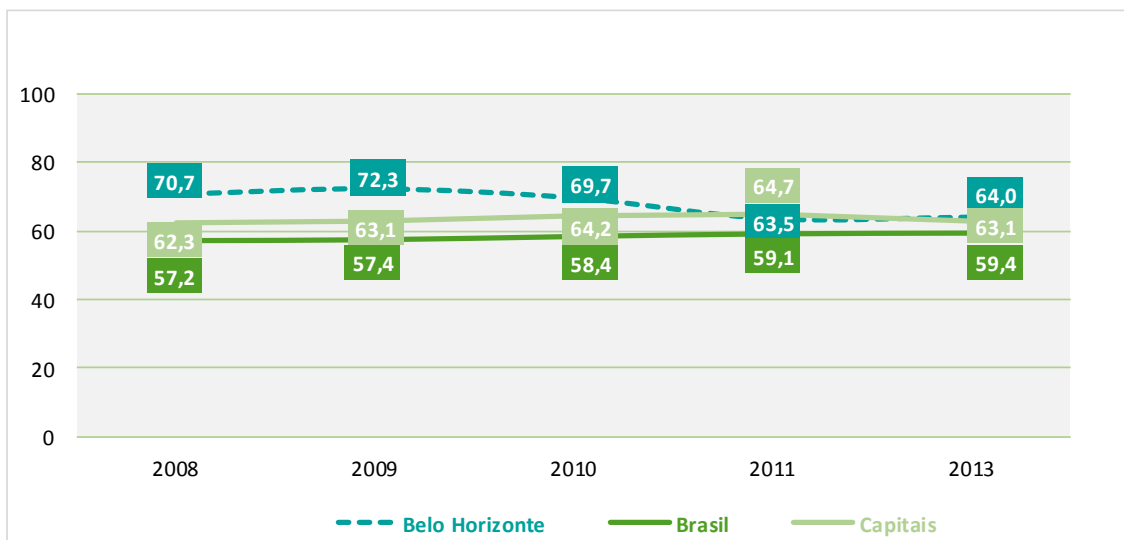
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de operação básica e serviços gerais em hotelaria;
- Inexistência de adensamentos de empreendimentos turísticos como arranjos produtivos locais; e
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de terrenos ou espaço físico, barreiras legais ou desincentivos fiscais e falta de incentivos fiscais.

2.11. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 64,0 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Utilização dos atrativos turísticos pela população local, onde grande são gratuitos;
- Aplicação de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, que conta com o apoio da iniciativa privada, do trade turístico, do terceiro setor e do poder público; e
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio do conselho municipal de turismo, do conselho estadual de turismo e câmaras temáticas.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

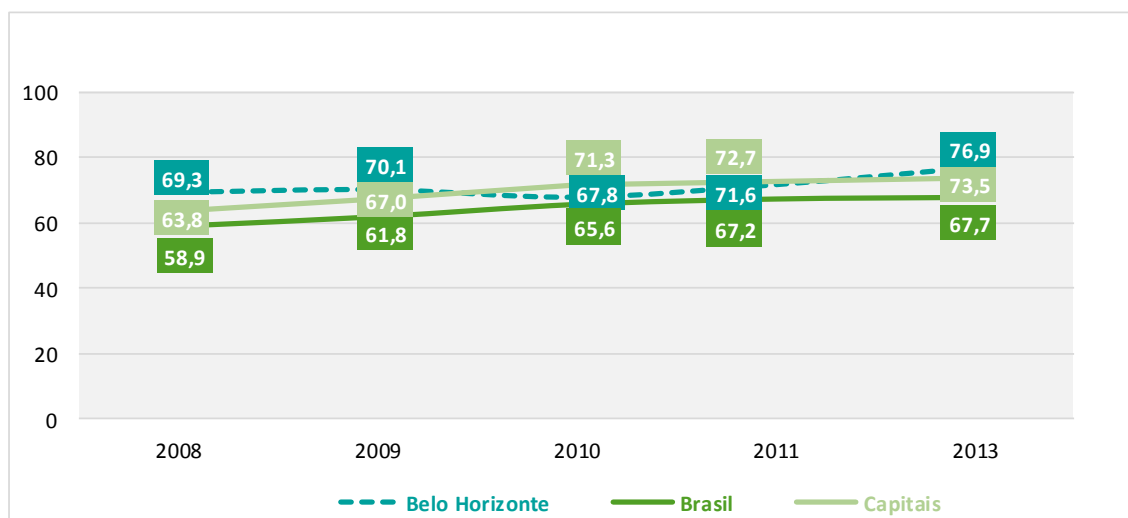
- Utilização de mão de obra informal em atividades relacionadas ao turismo durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Ausência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local;
- Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, tanto positivos quanto negativos;
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e para o respeito à cultura e ao patrimônio; e
- Não envolvimento da comunidade com o desenvolvimento da atividade turística, por meio de associações de moradores, sindicatos, ONGs/OSCIPs, cooperativas ou outras organizações.

2.12. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 76,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente- Secretaria Municipal de meio Ambiente;
- Existência de um Código Ambiental Municipal ou similar - contra o qual não há ação judicial pública;
- Presença de fórum ou conselho municipal do meio ambiente atuante;
- Existência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Monitoramento da qualidade do ar através de duas estações;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário;
- Existência de usina de compostagem no destino;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – Parque das Mangabeiras -, com conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

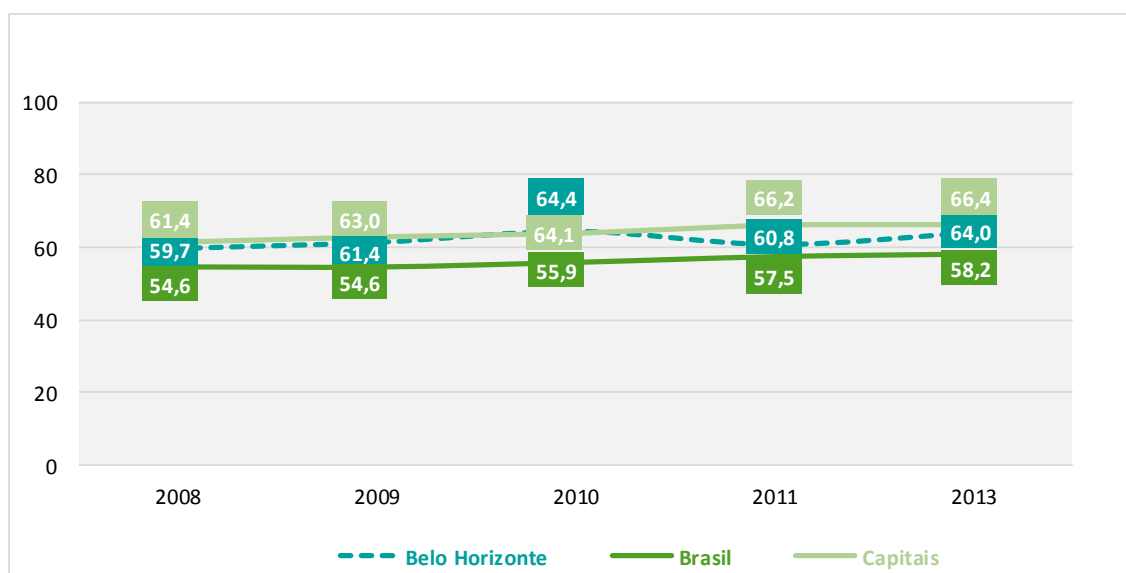
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como mineradora, siderúrgica, cimenteira e retirada de areia fluvial;
- Inexistência de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água; e
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um aterro sanitário sem capacidade suficiente;

2.13. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 64,0 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera nacional: tutu a mineira, feijão tropeiro, frango com quiabo, frango com *orapronobis*, queijo minas;
- Presença de evento tradicional associado ao turismo: Comida Di Boteco;
- Manifestações religiosas no destino – Festa do Preto Velho, Festa de Yemanjá, Festa de Nossa Senhora de Lourdes entre outros – que atraem fluxo turístico;
- Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional como dança de aruanda, guararás, grupos de quadrilha, folia de reis;
- Existência de patrimônio imateriais registrado para o qual aplica-se política de preservação de bens culturais imateriais – Ofício de Lambe Lambe;
- Existência de patrimônios artísticos tombados considerados atrativos turísticos, tais como: acervo e painéis integrados do Complexo da Pampulha e bens integrados da Praça da Liberdade e Praça da Estação;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico – Complexo da Pampulha, sede da antiga fazenda do leitão, Serra do Curral, Praça da Estação, Praça da Liberdade Municipal, entre outros;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura: Fundação Municipal de Cultura;
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais;
- Existência de legislação municipal de cultura e fundo municipal de cultura, este último exclusivo e efetivo;
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Existência de projeto para implementação de turismo cultural: Espaço de Intercâmbio Turístico e Cultural Escadaria.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de atividade artesanal típica e de comunidade tradicional que, associadas ao turismo, poderiam fomentar o fluxo de visitantes para o município;
- O destino dispõe de controle de capacidade de suporte – ou carga - para a utilização turística do patrimônio cultural; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Belo Horizonte, é possível concluir que, em 2013, houve evolução do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e capitais

Dimensões	Brasil			Capitais			Belo Horizonte		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	64,1	65,5	66,9	74,9	75,5	77,0
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	74,3	75,8	75,4	83,7	83,8	80,9
Acesso	60,5	61,8	62,6	72,0	74,0	74,9	75,7	80,6	80,7
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	63,3	64,1	69,1	75,4	71,1	80,7
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	59,5	61,3	62,9	66,6	70,1	67,0
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	46,8	50,0	50,1	85,6	85,2	81,1
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	61,5	61,3	62,1	74,0	67,5	77,4
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	48,3	47,7	44,2	54,8	67,3	67,7
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	42,6	44,3	45,1	76,9	79,6	77,4
Economia local	59,5	60,8	63,6	70,7	70,6	75,4	81,7	82,2	84,5
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	82,7	85,1	86,0	93,7	94,1	93,2
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	64,2	64,7	63,1	69,7	63,5	64,0
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	71,3	72,7	73,5	67,8	71,6	76,9
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	64,1	66,2	66,4	64,4	60,8	64,0

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.